

ATA NÚMERO 24/XV/ 1.ª SL

Aos seis dias do mês de dezembro de 2022, pelas 16:00 horas, reuniu-se a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

I PARTE

Audição da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, para apresentação dos relatórios de regulação de 2020 e 2021 e dos relatórios de atividades e contas de 2020 e 2021.

II PARTE

1. Informações;
2. Apreciação e votação da ata da reunião de 29 de novembro de 2022;
3. [Proposta de lei n.º 51/XV/1.ª](#) - Autoriza o Governo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos aplicáveis a determinadas transmissões em linha, transpondo a Diretiva (UE) 2019/789:

Deputado Relator: (CH)

4. [Proposta de lei n.º 52/XV/1.ª](#) - Autoriza o Governo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos no mercado único digital, transpondo a Diretiva (UE) 2019/790:

Deputado Relator: (PSD)

5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Chega, solicitando a audição do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, sobre as denúncias de assédios no futebol feminino ocorridas recentemente;

6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Chega, solicitando a audição do Ministro da Cultura, sobre a devolução de património com origem nas ex-colónias;

7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, solicitando que a discussão na especialidade do projeto de lei n.º 348/XV/1.ª - Aprova o regime específico relativo à reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho dos praticantes desportivos profissionais - seja realizada pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão mas em conexão com a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto;

8. Apreciação e votação do [projeto de voto n.º 183/XV/1.ª](#) (CH) - De congratulação a Nuno Mendes pela conquista da medalha de ouro no Campeonato do Mundo Kickboxing;

9. Apreciação e votação:

- [Projeto de voto n.º 184/XV/1.ª](#) (PSD) - De saudação pela participação portuguesa no Campeonato Mundial de Ginástica de Trampolim de 2022;
- [Projeto de voto n.º 196/XV/1.ª](#) (PS) - De saudação à seleção portuguesa pelas conquistas alcançadas no Mundial de Ginástica de Trampolim 2022;

10. Apreciação e votação:

- [Projeto de voto n.º 185/XV/1.ª](#) (PSD) - De saudação à Seleção Nacional de Andebol em cadeira de rodas pelo título alcançado de campeã europeia e mundial;
- [Projeto de voto n.º 195/XV/1.ª](#) (PS) - De saudação à Seleção Portuguesa de Andebol em cadeira de rodas pela conquista do título de Campeão Mundial Europeu;
- [Projeto de voto n.º 202/XV/1.ª](#) (CH) - De congratulação à seleção portuguesa de andebol em cadeira de rodas pelo título de campeã mundial e europeia;

11. Apreciação e votação do [projeto de voto n.º 192/XV/1.ª](#) (CH) - De congratulação pela conquista do título no Campeonato Mundial de Resistência da FIA pelo piloto António Félix da Costa;
12. Apreciação e votação do [projeto de voto n.º 194/XV/1.ª](#) (PS) - De congratulação pela vitória de Gustavo Ribeiro no Super Crown da Street League Skate 2022;
13. Apreciação e votação do [projeto de voto n.º 198/XV/1.ª](#) (PS) - De saudação pela qualificação da Seleção de Rugby para Mundial de 2023;
14. Apreciação e votação do [projeto de voto n.º 201/XV/1.ª](#) (PSD e PS) De congratulação pelos 300 anos da Banda de Música de Santiago de Riba-Ul.
15. Outros assuntos.

I PARTE

Audição da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, para apresentação dos relatórios de regulação de 2020 e 2021 e dos relatórios de atividades e contas de 2020 e 2021

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas-vindas ao Senhor Presidente do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Sebastião Póvoas, ao Vogal do Conselho Regulador, Francisco Azevedo e Silva, à Vogal do Conselho Regulador, Fátima Resende, e ao Vogal do Conselho Regulador, João Pedro Figueiredo, explicando de seguida a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar.

Neste momento assumiu a presidência a Senhora Vice-Presidente Cláudia Bento.

O Senhor Presidente do Conselho Regulador, Sebastião Póvoas, cumprimentou o Senhor Presidente da Comissão e os Senhores Deputados e, de seguida fez uma intervenção inicial, que pode ser consultada na [página da Comissão](#).

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Fernanda Velez (PSD), Sara Velez (PS), Jorge Galveias (CH), Paula Santos (PS) e Joana Mortágua (BE) que colocaram diversas questões, designadamente, sobre o balanço do *terminus* do mandato dos membros do Conselho Regulador da ERC e os pontos de vista para o futuro da regulação, identificando pontos fortes e fracos; as inúmeras críticas que o Parlamento tem recebido sobre as condições de trabalho existentes, o clima de temor, os casos de assédio moral, as ameaças de despedimento, os processos disciplinares e a cessação de funções de pessoal dirigente, etc; que nessas críticas é também apontado que este Conselho Regulador trabalha tendo por base critérios pessoais, demonstrando falta de transparência e secretismo da sua atividade, em detrimento da legalidade, da isenção e objetividade; as razões objetivas que levam a este tipo de críticas tão vastas e gravosas; o cumprimento por parte da ERC das suas novas funções e competências; a resposta que é dada, no âmbito do quadro da desinformação existente, para uma regulação mais eficiente; o papel da ERC no âmbito da alteração da Lei de Imprensa de forma a permitir assegurar uma maior transparência e igualdade nas condições de exercício das atividades de comunicação social; a resposta dada pela ERC face à dramática situação em que se encontra hoje a comunicação social e que põe em causa a viabilidade da imprensa local e regional; o tempo que medeia entre a participação recebida e a deliberação tomada; a contratação de trabalhadores para a ERC no ano de 2023 para suprir as necessidades existentes; e a desmotivação dos trabalhadores e valorização das suas carreiras e do seu desempenho profissional; a formação dos trabalhadores no que respeita às novas competências.

O Senhor Presidente da ERC, bem como os restantes membros do Conselho Regulador, responderam individualmente a cada Deputado no final de cada intervenção, tendo referido, designadamente, que os trabalhadores da ERC são dos mais privilegiados de todas as entidades reguladoras, quer a nível salarial quer em termos de outras regalias; que não há qualquer descontentamento por parte dos funcionários; que não há queixas respeitantes à forma como são tratados pela instituição; que o Conselho Regulador não impôs qualquer limitação à liberdade de expressão interna da entidade e que os relatos feitos não correspondem minimamente à verdade; que quando estão em causa os poderes de inspeção, de direção e disciplina que constituem a hierarquia, a ERC limita-se a fazer chamadas de atenção; que as denúncias que chegaram ao Parlamento não correspondem minimamente à verdade; que em cinco anos, e num universo de quase 90 funcionários, houve dois processos disciplinares, sendo que um que já terminou por acordo e outro que ainda está a decorrer; que a ERC não tem meios para dar resposta em tempo útil a todos

os processos; que a ERC, tendo 83 funcionários, incluindo o Conselho Regulador e o fiscal único, precisa de pelo menos mais 10 a 12 funcionários para poder cumprir com as suas novas competências, nomeadamente da transposição das diretivas sobre o digital; que nenhum trabalhador da ERC ficou prejudicado com a ausência de avaliações, fruto da pandemia; que a proposta de alteração da Lei de Imprensa está em vias de ser aprovada pelo Conselho Regulador para que posteriormente possa ser enviada para o Parlamento; que estão a ser feitas diligências para encontrar novas instalações para a ERC, já que o atual contrato de arrendamento do espaço termina em 31 de outubro de 2023; que o assunto já foi remetido ao Ministério das Finanças, que ainda não deu qualquer resposta; que, como as rendas em Lisboa estão muito elevadas, o orçamento da ERC não permite suportar rendas de 100 mil euros por mês, sendo o máximo que poderia pagar são 60 mil euros; que, na sequência de duas participações contra o programa «Isto É Gozar Com Quem Trabalha», a ERC considera que num programa em que a política se cruza com o entretenimento e em que os candidatos convidados para o programa beneficiam de grande visibilidade para apresentar os seus programas eleitorais, convicções e personalidade, a escolha de determinados entrevistados, com a exclusão de outros, deve ser objeto de especial ponderação, de modo a respeitar os princípios que enformam a atividade dos órgãos de comunicação social durante o período eleitoral.

Neste momento assumiu a presidência o Senhor Presidente da Comissão.

Na segunda ronda de intervenções foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados Fernanda Velez (PSD), Sara Velez (PS) e Jorge Galveias (CH).

No final, os membros do Conselho Regulador responderam ao conjunto das intervenções.

A documentação e a gravação da audição, fazendo parte integrante da presente ata, podem ser consultadas na página internet da [audição](#).

II PARTE

1. Informações

No âmbito deste ponto, o Senhor Presidente questionou a Comissão no sentido de saber se na audição do CENA-STE e da Plateia a ter lugar na semana seguinte iria ser utilizada apenas uma grelha de 88 minutos para as duas entidades ou se duas.

Após uma breve análise deste ponto, a Comissão deliberou que apenas seria utilizada uma grelha para a audição das duas entidades.

2. Apreciação e votação da ata da reunião de 29 de novembro de 2022

Uma vez submetida a votação, a ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

3. [Proposta de lei n.º 51/XV/1.ª](#) - Autoriza o Governo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos aplicáveis a determinadas transmissões em linha, transpondo a Diretiva (UE) 2019/789

4. [Proposta de lei n.º 52/XV/1.ª](#) - Autoriza o Governo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos no mercado único digital, transpondo a Diretiva (UE) 2019/790

O Senhor Deputado Alexandre Poço (PSD) indagou da possibilidade de se fazer um parecer conjunto sobre as duas propostas de lei – as propostas de lei n.ºs 51 e 52/XV/1.ª -, o que foi acolhido pela Comissão, sendo que o Grupo Parlamentar do PSD indicará mais tarde o relator das iniciativas.

5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Chega, solicitando a audição do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, sobre as denúncias de assédios no futebol feminino ocorridas recentemente

O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) disse que no final do mês de setembro e início de outubro veio a público, através da comunicação social, um escândalo que abalou o futebol feminino: após denúncias de algumas jogadoras, foram suspensos e alvo de processos o treinador de futebol Miguel Afonso e o diretor desportivo Samuel Costa.

Na base das suspeitas estão comportamentos e abordagens despropositadas, tal como mensagens íntimas trocadas com jogadoras, o que levou às denúncias. Tais denúncias sobre o treinador foram realizadas por jogadoras da equipa que treinou na época 2020/2021, o Rio Ave, mas alegadamente também por jogadoras que orientou noutros clubes.

Miguel Afonso treinava este ano a equipa de Futebol Feminino do Futebol Clube de Famalicão e Samuel Costa, diretor desportivo da mesma equipa, foi incluído no escândalo posteriormente às primeiras denúncias por supostamente ter conhecimento dos factos e também ter sido visado nas queixas de assédio sexual.

Contudo, surgiu, durante esta semana, a denúncia de uma festa de cariz sexual envolvendo várias jogadoras de futebol do Famalicão e alguns elementos da equipa técnica e da estrutura do clube na época 21/22.

Tendo em conta a projeção que ganha o futebol feminino português, cujo crescimento na última década é inegável, estando a seleção nacional em vias de uma qualificação histórica para o Mundial a realizar em 2023 na Austrália e Nova Zelândia, é da máxima urgência escutar os responsáveis do desporto nacional de forma a perceber a realidade e dimensão deste escândalo, tal como as diligências que estão a ser tomadas. E, nesse sentido e tendo em conta a gravidade dos factos e de forma a esclarecer todo este caso que abalou uma modalidade em franco crescimento no País, o Grupo Parlamentar do CH vem requerer a audição do Sr. Secretário de Estado do Desporto, João Paulo Correia.

O Senhor Deputado Francisco Dinis (PS) referiu que, face às notícias que haviam agentes desportivos envolvidos em casos de assédio sexual, foi possível constatar que não só as autoridades públicas estão a atuar no quadro das suas competências, como a justiça desportiva da Federação com competência no âmbito da respetiva modalidade atuou em tempo e de forma célere, O Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Futebol já determinou penas de suspensão aos suspeitos envolvidos, estando estes impedidos de exercer as respetivas funções. Apesar de haver vários meios à disposição das vítimas deste tipo de violência, desde o passado dia 13 de outubro o IPDJ disponibilizou uma página dedicada à proteção dos praticantes para os casos de assédio e outros tipos de violência. Concluiu afirmando que, por todas estas razões, o Grupo Parlamentar do PS vai votar contra o requerimento apresentado.

A Senhora Deputada Carla Madureira (PSD) informou que o Grupo Parlamentar do PSD acompanha o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH.

Não havendo mais inscrições, o requerimento foi submetido a votação, tendo sido rejeitado, com os votos contra do Grupo Parlamentar do PS e votos a favor dos Grupos Parlamentares do PSD e do CH.

6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Chega, solicitando a audição do Ministro da Cultura, sobre a devolução de património com origem nas ex-colónias

O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) fez a apresentação do requerimento afirmando que nos últimos dias, um pouco por toda a imprensa nacional, surgiram notícias de que o Governo fará uma lista de património com origem nas ex-colónias portuguesas com vista a devolvê-lo, temática que teve o seu primeiro vislumbre internacional em 2018, mas que parece agora prestes a concretizar-se.

Neste âmbito, as afirmações do Ministro da Cultura demonstram que a decisão se encontra aparentemente tomada pelo Governo, considerando que este objetivo será feito «de forma discreta e longe da praça pública», através de uma «inventariação mais fina», alegadamente a realizar por académicos e diretores de museus. Segundo parece, estarão em causa «obras de arte, bens culturais, objetos de culto e até restos mortais ou ossadas retiradas das suas comunidades originais e levadas para países como Portugal, França, Alemanha, Bélgica, Espanha, Inglaterra ou Holanda». Ainda relativamente ao processo que agora foi anunciado, terá igualmente considerado o Ministro da Cultura que «A forma eficaz para tratar este tema é com reflexão, discrição e alguma reserva. A pior forma de tratar este tema é criar um debate público polarizado, não contem comigo para isso».

Sendo o assunto em apreço, a devolução de património histórico, circunstância que lhe confere importância e pertença nacional a todo o povo português, não se considera admissível que o Ministro da Cultura, enquanto representante da pasta que a tutela e nessa medida deve proteger, pareça admitir, no exercício das suas funções, que proferir considerações desta dimensão, para mais com

tamanha leviandade, possa sequer ser considerado razoável, desde logo porque ser Ministro da Cultura não pode ser confundido com ser dono ou definidor da Cultura.

Nessa medida, contrariamente ao que alegadamente Pedro Adão e Silva terá considerado, este processo necessita de um esclarecimento público cabal, sendo claramente especificado à população portuguesa que tipo de material, em concreto, estamos a falar e, sobretudo, os critérios em que se funda a sua devolução, razão pela qual o Grupo Parlamentar do Chega endereçou já uma questão ao Gabinete do Senhor Ministro da Cultura, sem que até ao momento tenha obtido qualquer resposta.

Por outro lado, torna-se igual e manifestamente incompreensível que, tendo também Portugal deixado tanto património nas suas ex-colónias quando as mesmas se autodeterminaram, e sem que nunca tenha sido devidamente ressarcido do prejuízo material da sua retirada ultramarina, muito menos exigindo que tal acontecesse, possa o povo português ver alienar da esfera patrimonial do seu Estado património que natural e reconhecidamente lhe pertence.

Nesta medida, importa que o Governo português, em concreto pela voz do Sr. Ministro da Cultura, especifique com objetividade e publicidade o que pretende fazer, não reescrevendo a História ou diminuindo o inquestionável papel que Portugal sempre teve no seu decurso, promovendo neste e para este âmbito, uma vez mais contrariamente às alegadas declarações proferidas, um debate sério com a sociedade civil.

Esse debate crê-se também dever ser feito na Assembleia da República, instituição fiscalizadora das decisões governativas, circunstância que legitima a chamada do Senhor Ministro da Cultura em sede de Comissão, a fim de prestar a todas as forças políticas parlamentarmente representadas o processo de devolução em causa. Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do CH vem requerer a audição urgente do Ministro da Cultura.

A Senhora Deputada Maria João Castro (PS) usou da palavra para justificar o voto contra do seu Grupo Parlamentar afirmando que o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH parte de uma manchete do *Expresso*, já desmentida pelo Ministro da Cultura, que vai ao arrepio daquilo que foi a resposta dada durante essa mesma entrevista pelo Senhor Ministro. Por essa razão, e porque estamos a falar de um equívoco, o Grupo Parlamentar do PS não vai viabilizar a vinda do Ministro da Cultura a uma audição à Comissão. A resposta que o Ministro da Cultura deu sobre a

devolução de certos objetos artísticos aos países tem de ser interpretada sem demagogias e populismos. Esse é um trabalho que deve estar nas mãos dos académicos, dos responsáveis pelos museus e das respetivas diplomacias e é um processo de devolução que exige critérios muito rigorosos.

O Senhor Deputado Alexandre Poço (PSD) disse que para o Grupo Parlamentar do PSD as declarações feitas pelo Ministro da Cultura ainda não permitem aferir qual será o alcance da sua intenção de constituir um possível grupo de trabalho para estudar essa questão e daí o Grupo Parlamentar do PSD ir abster-se na votação deste requerimento.

Não havendo mais inscrições, o requerimento foi submetido a votação, tendo sido rejeitado, com votos contra do Grupo Parlamentar do PS, votos a favor do Grupo Parlamentar do CH e a abstenção do Grupo Parlamentar do PSD.

7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, solicitando que a discussão na especialidade do projeto de lei n.º 348/XV/1.^a - Aprova o regime específico relativo à reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho dos praticantes desportivos profissionais - seja realizada pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão mas em conexão com a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Este ponto foi adiado para a próxima reunião da Comissão.

8. Apreciação e votação do [projeto de voto n.º 183/XV/1.^a](#) (CH) - De congratulação a Nuno Mendes pela conquista da medalha de ouro no Campeonato do Mundo Kickboxing

O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) fez a apresentação do projeto de voto, tendo também usado da palavra os Senhores Deputados Francisco Dinis (PS) e Alexandre Poço (PSD).

Não havendo mais inscrições, o projeto de voto foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

9. Apreciação e votação:

- [Projeto de voto n.º 184/XV/1.ª](#) (PSD) - De saudação pela participação portuguesa no Campeonato Mundial de Ginástica de Trampolim de 2022;
- [Projeto de voto n.º 196/XV/1.ª](#) (PS) - De saudação à seleção portuguesa pelas conquistas alcançadas no Mundial de Ginástica de Trampolim 2022;

Os Senhores Deputados Inês Barroso (PSD) e Pompeu Martins (PS) fizeram a apresentação dos projetos de voto, tendo ficado consensualizada a apresentação de um texto de fusão na próxima reunião da Comissão.

10. Apreciação e votação:

- [Projeto de voto n.º 185/XV/1.ª](#) (PSD) - De saudação à Seleção Nacional de Andebol em cadeira de rodas pelo título alcançado de Campeã Europeia e Mundial;
- [Projeto de voto n.º 195/XV/1.ª](#) (PS) - De saudação à Seleção Portuguesa de Andebol em cadeira de rodas pela conquista do título de Campeão Mundial Europeu;
- [Projeto de voto n.º 202/XV/1.ª](#) (CH) - De congratulação à Seleção Portuguesa de Andebol em cadeira de rodas pelo título de Campeã Mundial e Europeia;

Os Senhores Deputados Carla Madureira (PSD), Francisco Dinis (PS) e Jorge Galveias (CH) fizeram a apresentação dos projetos de voto, tendo ficado consensualizada a apresentação de um texto de fusão na próxima reunião da Comissão.

11. Apreciação e votação do [projeto de voto n.º 192/XV/1.ª](#) (CH) - De congratulação pela conquista do título no Campeonato Mundial de Resistência da FIA pelo piloto António Félix da Costa

O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) fez a apresentação do projeto de voto, após o que usou da palavra o Senhor Deputado Francisco Dinis (PS).

Não havendo mais inscrições, o projeto de voto foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

12. Apreciação e votação do [projeto de voto n.º 194/XV/1.ª](#) (PS) - De congratulação pela vitória de Gustavo Ribeiro no *Super Crown da Street League Skate 2022*

O Senhor Deputado Francisco Dinis (PS) fez a apresentação do projeto de voto, após o que o mesmo foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

13. Apreciação e votação do [projeto de voto n.º 198/XV/1.ª](#) (PS) - De saudação pela qualificação da Seleção de Rugby para o Mundial de 2023

O Senhor Deputado Francisco Dinis (PS) fez a apresentação do projeto de voto, após o que o mesmo foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

14. Apreciação e votação do [projeto de voto n.º 201/XV/1.ª](#) (PSD e PS) De congratulação pelos 300 anos da Banda de Música de Santiago de Riba-UI

Os Senhores Deputados Helga Correia (PSD) e Bruno Aragão (PS) fizeram a apresentação do projeto de voto, após o que o mesmo foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

15. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 18 horas e 55 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 06 de dezembro de 2022

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Luís Graça)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Pedro Faria (PS)
Bruno Aragão (PS)
Carla Sousa (PS)
Francisco Dinis (PS)
Luís Graça (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Maria João Castro (PS)
Miguel Matos (PS)
Pompeu Martins (PS)
Rosário Gambôa (PS)
Sara Velez (PS)
Tiago Soares Monteiro (PS)
Alexandre Poço (PSD)
Carla Madureira (PSD)
Cláudia Bento (PSD)
Fernanda Velez (PSD)

Inês Barroso (PSD)
João Barreiras Duarte (PSD)
João Prata (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Joana Cordeiro (IL)
Paula Santos (PCP)
Joana Mortágua (BE)
Catarina Lobo (PS)
Cristina Sousa (PS)
Cristiana Ferreira (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Helga Correia (PSD)
Rita Matias (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Guilherme Almeida (PSD)